

Camponesas na luta em defesa da terra e da vida

Regina Clara de Aguiar¹

Universidade Federal de Rondônia (Porto Velho, RO, Brasil)

Este artigo apresenta aspectos de um estudo realizado com dez mulheres inseridas na luta pela terra no estado de Rondônia que foram eleitas a partir de três movimentos sociais do campo. Nesse sentido, relata a experiência com o método etnográfico, utilizando o recurso audiovisual em uma pesquisa no campo da Psicologia Social, e trata da elaboração e utilização do documentário etnográfico como ferramenta importante para a abordagem dessas dinâmicas envolvendo grupos sociais, com o firme objetivo de fazer frente a determinados segmentos em benefício comum. A ideia que guiou o texto teve como fio condutor a cotidianidade e a educação não formal, além do conjunto de memórias relacionadas à participação feminina no trabalho, na luta e permanência na terra, assim como o papel da comunicação – com especificidade na produção e realização de um audiovisual editado no formato de um documentário etnográfico – com embasamento teórico na psicologia social e nas reflexões em torno das ruralidades e das lutas sociais na Amazônia. A proposta inicial que conduziu a imersão no campo etnográfico foi a realização do vídeo *Camponesas na luta em defesa da terra e da vida*, que conta a trajetória dessas militantes da luta pela terra no estado de Rondônia, tendo em vista que a produção e realização desse vídeo se encontra na perspectiva de se mostrar uma etapa importante, com o audiovisual enquanto metodologia para a pesquisa etnográfica na psicologia social. E, como o documentário pode ser utilizado de forma dinâmica, pode ser um importante suporte de abordagem em pesquisas dessa disciplina.

Palavras-chave: Mulheres, Etnografia, Educação, Comunicação e audiovisual, Psicologia social.

Rural female workers in the struggle in defense of land and life

This article presents aspects of a study carried out with ten women involved in the struggle for land in the state of Rondônia. They were chosen from three rural social movements. This article reports the experience with the ethnographic method, using an audiovisual resource in a research in the field of social psychology, dealing with the elaboration and use of the ethnographic documentary as an important tool for the approach of these dynamics involving social groups with the firm objective of confronting certain segments for the common benefit. The idea that guided the text was based on everyday life and non-formal education, in addition to the set of memories related to female participation in labor, in the struggle and permanence in land, and the role of communication – more specifically, in the production and realization of an audiovisual piece edited as an ethnographic documentary – with theoretical foundations in social psychology and reflections on ruralities and social struggles in the Amazon. The initial proposal that led to the immersion in the ethnographic field was the making of the video *Rural workers in the struggle in defense of land and life*, which narrates the trajectory of these militants in the struggle for land in the state of Rondônia, considering that the production and realization of this video is in the perspective of showing an important stage, with audiovisual as a methodology for ethnographic research in social psychology. The documentary can be used dynamically and as an important support approach in research in this discipline.

Keywords: Women, Ethnography, Education, Communication and audiovisual, Social psychology.

¹ <https://orcid.org/0000-0003-0752-1311>

Introdução

A alegria não chega apenas no encontro do achado,
mas faz parte do processo da busca.

(Paulo Freire)

O artigo trata de alguns aspectos observados no âmbito da pesquisa desenvolvida no estágio de pós-doutorado, *Histórias e Imagens: estudo etnográfico como estratégia de visibilidade às ações da militância feminina na luta pela terra em Rondônia*. O referido projeto de pesquisa foi desenvolvido entre dezembro de 2017 e outubro de 2019. No relatório final de pesquisa se descrevem as atividades realizadas nos 23 meses, no âmbito do projeto, com apoio do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) e da bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A investigação se desenvolveu no Mestrado Acadêmico em Psicologia (Mapsi), da Universidade Federal de Rondônia (Unir), em Porto Velho.

A ideia inicial do projeto se concretizou com a produção do documentário etnográfico *Camponesas na luta em defesa da terra e da vida*. O vídeo foi roteirizado, editado, montado e finalizado a partir dos registros da pesquisa, após a gravação das entrevistas, assim como captação de imagens em fotografia e clipes de vídeo.

O estudo teve como ponto de partida a Psicologia Social enquanto ciência que busca uma compreensão das diversas maneiras de ação social e de organização, além das implicações psicossociais da participação em movimentos sociais para a vida familiar. Buscou-se registrar e entender a luta das lideranças camponesas femininas no estado a partir dessa ciência, além de outras disciplinas, como Antropologia, Comunicação, Educação e História.

Além disso, se esperou, como um dos resultados, favorecer os processos de educação não formal, já que nesse sentido o cotidiano está presente nos relatos de vida do grupo de mulheres narradoras. Nesse caso, a intenção de se fazer uso do audiovisual foi a de proporcionar visibilidade às trajetórias e cotidianidade das mulheres, possibilitando, assim, conhecer a memória da luta pela terra em Rondônia a partir de um olhar feminino dessas camponesas, como bem colocam Sato e Souza (2001), considerando que “qualquer descrição do comportamento humano requer a compreensão dos significados locais para descrevê-lo” (p. 32).

Do ponto de vista dos processos educativos, o projeto encontra justificativa no pressuposto que permite a compreensão da maneira como o engajamento político é elemento pedagógico transformador nas trajetórias das mulheres e como “alguns aspectos da experiência da participação política e da luta por direitos podem ter efeitos transformadores para a subjetividade” (Silva, 2016, p. 16).

A ação coletiva e organizada da luta por um pedaço de chão num contexto da militância das mulheres é significativa, encontrando ressonância nas formas cotidianas de resistência. Pode-se dizer que o sentido da temática desenvolvida neste estudo encontra respaldo nas reflexões de Scott (2002) quando diz que “Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes” (p. 11).

No percurso de produção da pesquisa e do documentário, as informantes foram agentes ativas em algumas questões, participando coletivamente de fases importantes no planejamento, produção e finalização do vídeo.

A primeira e a segunda etapa foram concluídas com a produção e finalização do documentário, e na terceira etapa foram realizadas as devolutivas para os grupos das entrevistadas nos seus respectivos assentamentos, em que o documentário era exibido em rodas de conversa. O objetivo deste artigo é mostrar a relevância metodológica da produção de um documentário etnográfico como esse na Psicologia Social.

O documentário etnográfico é um formato em linguagem audiovisual produzido de forma independente, partindo das necessidades do autor ou pesquisador. Coelho (2012) explica que esse formato se diferencia de outros estilos de audiovisual – como o cinema de ficção, o documentário tradicional e o cinema documental – por suas características próprias, voltadas ao registro de formas de vida cultural. Desenvolve-se de forma autônoma e sem necessidade, muitas vezes, de um roteiro, um equipamento de ponta ou a melhor qualidade da imagem, dependendo apenas da pesquisa e do que busca o pesquisador no momento da captação de uma imagem, que não poderá ser refeita.

O referido documentário, objeto deste estudo, está dividido em oito blocos com distintas categorias – as quais não serão aprofundadas aqui –, evidenciando as vozes das mulheres que narram seus enfrentamentos na militância e na vida camponesa. Em conjunto com alguns movimentos sociais ligados à Via Campesina, e com os coletivos de mulheres de cada uma dessas organizações, foram selecionadas as dez entrevistadas que integram o grupo de informantes da pesquisa e compõem a narrativa do documentário. A gravação dos depoimentos ocorreu no período de 4 de julho a 1º de dezembro de 2018. Para isso, foram elaboradas entrevistas por meio das quais cada informante é indagado dentro do seu contexto social e de suas experiências.

Nesse sentido, pretendeu-se evidenciar o olhar das mulheres militantes sobre a conquista e a permanência na terra e os desafios vivenciados cotidianamente por elas, ao mesmo tempo em que se consideram os conflitos e as lutas para não serem retiradas de seus lugares, duramente conquistados, em função dos projetos desenvolvimentistas do capitalismo na Amazônia.

Ao longo dos depoimentos coletados e gravados em cliques de vídeo, as mulheres narraram suas dificuldades e experiências de luta no campo. Ao contrário de uma narrativa que separa o pessoal do político, o cotidiano relatado por elas vai compondo e tecendo, de acordo com o ritmo dos seus pensamentos, todo um universo que se apresenta de forma sensível nas suas falas, desejos e inquietações. Além disso, expressam o significado do que é, para elas, ser mulher camponesa na defesa da terra e da vida em Rondônia.

A proposta do estudo teve como ideia central mostrar, por meio do registro audiovisual, a cotidianidade das narradoras enquanto lideranças, considerando suas trajetórias de vida, seus sentimentos, os sentidos do espaço doméstico, a relação com a família, assim como a militância, os processos educativos, o contato com a terra e o conjunto de práticas, saberes e tradições produzidos ao longo das suas trajetórias de vidas.

Além da importância do registro da memória e do imaginário das mulheres, que de certa maneira amplia o conhecimento das diversas formas de participação feminina camponesa, a interdisciplinaridade oferece um tom de diversidade de pensamentos a esse estudo. Aqui, ousa-se propor um diálogo entre diferentes campos das Ciências Humanas e da Psicologia e busca-se tecer um *nó górdio*² com outras áreas, como a Antropologia, a Comunicação, a Educação e a História. Para tanto, constam nesse debate os seguintes autores: Geertz (1989), Laraia (2005), Caldart (2009), Freire (1967), Martín-Barbero (1997), McLuhan (1972), Sato (2009), Bosi (1994), entre outros.

A pesquisa encontra justificativa na compreensão da maneira como os itinerários dessas mulheres estão sendo atravessados, por seu engajamento político e por seus processos educativos, especialmente o ingresso de algumas no ensino superior, em universidades federais e nos cursos voltados à formação de professores para atuar no campo. Nesse sentido, pode-se dizer que “essa é uma educação que integra e que humaniza”³, nas palavras de uma das informantes que concluiu o curso de Educação do Campo na Unir de Rolim de Moura, em Rondônia. Por outro lado, justifica-se também em relação às mulheres que não puderam ou não quiseram ingressar na universidade, pois se percebe o quanto o cotidiano da luta fortalece e promove um processo de educação importante. Compreende-se que

2 Nó górdio se refere ao nó da rede do pescador. A expressão é comumente utilizada como metáfora de um problema aparentemente insolúvel.

3 Anotações de campo.

a educação atua também como elemento pedagógico de transformação. Caldart (2009) entende que a Educação do Campo tem como uma de suas características constitutivas a luta de classes, sobretudo como se desenvolve hoje no campo brasileiro. A autora enfatiza que

vivemos novamente em um tempo de aguda sensibilidade para práticas de educação e de escola ligadas a processos de transformação social e recuperação da dignidade humana . . . o campo no Brasil está em movimento: há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos sociais de trabalhadores e trabalhadoras da terra que estão tendo um papel ativo na formação desta sensibilidade e no desenho social de seu formato . . . , existem práticas e reflexões de pedagogia que estão sendo produzidas neste movimento do campo, exatamente aquelas que têm formado seus sujeitos (Caldart, 2009, p. 1).

Silva (2016) afirma que “alguns aspectos da experiência da participação política e da luta por direitos, podem ter efeitos transformadores para a subjetividade” (p. 16). Pode-se complementar e corroborar a afirmativa trazendo à luz, aqui e agora, um fragmento do pensamento de Freire (1967), quando enfatiza o lugar de pluralidade das relações humanas, ressaltando a importância da vivência e dos atos de criação, recriação e decisão, dinamizando sua cosmovisão, que vai dominando e humanizando a realidade. Seguindo nessa direção, acrescenta que

é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas (Freire, 1967, p. 39).

Parece significativo ressaltar que a ação coletiva e organizada da luta por um pedaço de chão, além das formas cotidianas de resistência, no sentido da temática desenvolvida neste estudo, encontra ressonância nas reflexões de Scott (2002), quando afirma que, para os camponeses “pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes” (p. 11).

Buscou-se na descrição etnográfica uma perspectiva de lugar, territorialidade e compreensão das práticas e rotinas das lideranças femininas, enquanto sujeitos e atores, dentro desse contexto vinculado a movimentos sociais, corroborando a sua participação nesta pesquisa, como bem exemplificam Sato e Souza (2001) na seguinte assertiva: a “etnografia se faz presente dentro da concepção naturalista como o método de pesquisa social por excelência” (p. 32).

No caso, o cotidiano é entendido aqui não como um lugar desabitado e vazio, mas pleno de sentidos, sociabilidades e materialidades, numa concepção de vida, como colocam Spink e Medrado (2013) quando fazem do sentido uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos à sua volta. Tendo em vista essa abordagem, Santos (2010) complementa, refletindo sobre o lugar como sendo o local onde acontecem as ações num determinado meio social:

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vem solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também

o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (p. 592).

Considerações metodológicas: caminhos da etnografia

A investigação partiu de uma proposta metodológica baseada em conceitos de pesquisa qualitativa, inspirados nas pesquisas de cunho etnográfico contemplados em alguns estudos em Psicologia Social. Essas pesquisas partem da observação participante e da convivência intensa e significativa com algum grupo e/ou comunidade e visam à valorização das diferentes conjunturas culturais que permeiam nossa sociedade. Neste estudo, além dos diferentes lugares onde as mulheres vivem, também nos interessamos por conhecer suas manifestações políticas, bem como os sentidos produzidos e compartilhados em suas vidas pessoais e no seio dos movimentos sociais a que estão vinculadas.

Portanto, para a execução do campo de pesquisa, foram utilizadas ferramentas etnográficas, tais como entrevistas do tipo semiestruturadas, o que permitiu respostas abertas e espontâneas, além do registro em imagens e da observação direta. As indicações das narradoras ocorreram em reuniões ou em alguns instantes luminosos captados em conversas informais. Nessas ocasiões, foi-se construindo uma rede na qual as mulheres, de forma espontânea, iam apontando quem poderia se interessar em expor e gravar particularidades do seu dia a dia.

Para melhor compreensão e levantamento das informações, foram consideradas as pesquisas de Sato e Souza (2001), que vêm empregando em seus estudos no campo da Psicologia Social, além do olhar curioso para outra cultura, as técnicas e ferramentas etnográficas como o único método

que considera que qualquer descrição do comportamento humano requer a compreensão dos significados locais para descrevê-lo. Esta abordagem metodológica, por alinhar-se a concepções interpretativas, pressupõe que a realidade seja construída socialmente, expressando-se nas práticas, nos discursos e nas instituições criadas. Por esse motivo, essa abordagem demanda, no processo de pesquisa, a compreensão da cultura que estamos estudando, não podendo se dar a partir de procedimentos estandardizados (Sato & Souza, 2001, p. 32).

Considerando o enunciado acima, buscou-se em Laraia (2005) a compreensão do entendimento de cultura partindo de um conceito antropológico, quando diz que todo sistema cultural tem uma lógica toda própria

e não passa de um ato primário de etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro. Infelizmente, a tendência mais comum é de considerar lógico apenas o próprio sistema e atribuir aos demais um alto grau de irracionalismo (p. 87).

As negociações para entrar no campo, a princípio, não foram fáceis no primeiro semestre da pesquisa, em 2018, pois os ânimos das mulheres andavam temerosos e algumas lideranças não sentiam-se em segurança para falar, com receio de que pudessem sofrer alguma represália. Porém, aos poucos foi-se quebrando a resistência e ganhando a confiança delas.

Para a realização das entrevistas, adentrou-se o campo de pesquisa com todo respeito à alteridade e à subjetividade das participantes. Foram agendados encontros em lugares previamente escolhidos por cada uma delas. A maioria optou por gravar os depoimentos em suas casas, em geral nos assentamentos, mas houve quem quisesse gravar a entrevista no sindicato ou em outro espaço, por estar na cidade atuando politicamente em alguma pauta de suas organizações sociais. Tendo por

base a etnografia, buscou-se, em Geertz (1989), compreender o conceito da prática etnográfica como forma de conhecimento. O autor frisa que praticar a etnografia é

estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”, tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle (Geertz, p. 4).

Por ocasião das gravações dos depoimentos, com o contato, o conhecimento e a curiosidade mútua entre pesquisadora e informantes, os laços foram se estreitando e, dessa forma, aumentava a confiança mútua. Nesses momentos casuais – por exemplo, enquanto a informante preparava um almoço em sua casa, para oferecer à pesquisadora, e as duas travavam um bate-papo descontraído na cozinha –, a conversa ia fluindo. Daí surgiram importantes segmentos, que foram explorados em seguida, na gravação dos áudios.

De repente, nessas conversações (Spink & Medrado, 2013) foram-se revelando o cerne escondido de muitos desafios, desabafos e – por que não? – o despertar de cumplicidades. As mulheres, na condição de entrevistadas, expressaram muito bem suas expectativas e anseios, umas mais à vontade que outras, mais tímidas – mas, geralmente, num clima descontraído, com naturalidade. Devido ao histórico de algumas mulheres, na medida em que se aprofundavam os questionamentos, a emoção das respostas aumentava de intensidade, o que provocou lágrimas em alguns momentos.

Nesse sentido, a bagagem adquirida no campo de pesquisa, na etapa da coleta de dados, traz à tona as observações de Bosi (1994) acerca do “cafezinho na cozinha” ou da “conversa de despedida ao portão”. Segundo Charmaz (2009), a importância da etnografia está em registrar a vida de um determinado grupo, implicando participação e observação sustentadas em um ambiente, uma comunidade ou mesmo uma esfera social. Pode-se reportar também a Sato (2009), quando comenta suas pesquisas em Psicologia Social mostrando vivências e experiências com os grupos de atores investigados nos seus trabalhos:

A pesquisa de campo em psicologia social, sobretudo a conduzida a partir da abordagem qualitativa, desenvolve-se, no mais das vezes, a partir da busca de um contato próximo com aqueles que podem nos aproximar e nos apresentar os fenômenos a serem pesquisados. O acesso aos acontecimentos vivos, abertos ao registro em primeira mão, é o caminho priorizado. Mas dentre os diversos caminhos possíveis, sem dúvida, há preferência pelos depoimentos orais em suas diversas modalidades (p. 218).

Posteriormente, observou-se claramente, tanto durante o processo de transcrição dos áudios gravados como na análise das entrevistas, como essas mulheres lidam com as questões do dia a dia na lida camponesa e como isso se torna possível. Com a finalidade de trabalhar melhor os dados, foi elaborada uma planilha a fim de codificar e categorizar todo o conjunto de informações coletadas e transcritas. Observou-se também em cada entrevista aplicada – e a partir da cosmovisão de cada informante –, considerando os distintos universos, que em algumas delas fluiu mais uma perspectiva de discurso voltado ao meio social, enquanto que, em outras, as práticas culturais, educação, saúde, gênero prevaleceram. Esses ingredientes apareceram na decodificação e na interpretação, segundo o ponto de vista procedente das falas das informantes.

Durante o desenvolvimento deste estudo, criou-se o grupo Pesquisa Mulheres num aplicativo de *chat* no celular, uma vez que as distâncias entre cada uma das participantes e a pesquisadora impediam a comunicação presencial mais fluida. A partir da troca de mensagens no aplicativo, as informantes se atualizavam diariamente em relação ao andamento da edição do documentário, assim como participavam de fóruns de debate – a exemplo dos fóruns para escolher o título do

audiovisual e da trilha sonora, as categorias filtradas das entrevistas e o que entraria ou não no roteiro – e decidiam de comum acordo.

Nesse sentido, foi disponibilizada durante 24 horas do dia 1º de abril de 2019, às 10h20 da manhã, cópia da pré-edição do documentário. As dez informantes tiveram acesso, por meio de senha, à plataforma Vimeo e puderam assistir individualmente à primeira versão do documentário em pré-edição. Isso gerou um *feedback* que se deu em forma de respostas conclusivas das entrevistadas, além de ponderações pertinentes a algum detalhe fora de contexto, que posteriormente foi ajustado. O cuidado deveu-se à segurança do material em processo de edição, para que não houvesse o chamado “vazamento” de informação. Também foi convidada a participar dessa exibição on-line a liderança de um dos movimentos sociais dessa pesquisa, que assistiu a essa primeira versão e deu seu parecer positivo, concluindo que não havia nada que comprometesse a segurança das companheiras e de suas organizações.

Em relação a essa experiência de negociação do campo de pesquisa de forma on-line, ressalta-se aqui o ineditismo deste estudo, uma vez que não foram encontrados outros trabalhos similares nessa linha de produção do audiovisual com predominância da pesquisa em Psicologia Social.

O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, em entrevista a Lima e Rodrigues (2007), explica que o campo tem valor significativo; acrescenta, ainda, a importância da “escuta atenta do outro . . . Criar silêncios, ouvir entrelinhas, desvendar mistérios” (pp. 145-149), assim como de compartilhar a vida no grupo. Dessa maneira, pode-se afirmar o valor do contato direto, interligando informante e pesquisadora, e de fazer um estudo que resultou no mérito de cada ida ao campo, seja nos assentamentos e reassentamentos, em busca das entrevistadas, ou realizando esses contatos de forma interligada numa conexão por meio da rede social. Nesse caso, tudo isso aconteceu de forma que o campo da pesquisa se posicionou para além do tradicional.

Na análise dos dados, foram extraídos e filtrados os conteúdos para a categorização de contextos agrupados, coletados em cada entrevista. A análise etnográfica, de acordo com o pensamento de Rockwell (2009), não corresponde a um procedimento técnico idêntico para todo estudo. O método, ou seja, o caminho da análise deve ser demarcado para cada caso, segundo as características particulares do objeto de estudo. De acordo com esse autor, “a análise é um processo, um trabalho específico. E leva a maior parte do tempo de um estudo etnográfico” (Rockwell, 2009, p. 65). De fato, a análise tem início com as primeiras abordagens no processo de observação direta e não termina com as últimas fases de redação e articulação da descrição etnográfica. O processo analítico na etnografia deve buscar a construção de relações particulares que definam formas materiais, locais, do fenômeno estudado, assim, integrando teoria e descrição.

Comunicação como segmento da informação

Em relação à produção de um documentário etnográfico como veículo para levar a mensagem de organizações populares aos mais diversos lugares, a escolha foi decorrente de uma análise de como a sociedade, na atualidade, tem cada vez mais acesso à informação e à naturalização das notícias que circulam diariamente nos diversos meios e como essa sociedade lida com isso. No caso dos movimentos de luta pela terra, a disseminação de mensagens negativas acerca da organização efetuada cotidianamente por seus participantes contribuiu para que se optasse pela produção de um audiovisual que apresentasse uma narrativa positiva e reveladora dos desafios enfrentados pelas mulheres militantes. A mídia tem um papel importante na recepção da mensagem veiculada e na forma como essa mensagem será compreendida por parte do público no mundo contemporâneo. Sendo assim, funciona como um instrumento fundamental de conformação da consciência moderna, talvez porque confere uma visibilidade sem precedentes aos acontecimentos, incluindo aí as novas informações e descobertas. Spink e Medrado (2013) explicam que, nessa perspectiva,

a mídia nos leva a uma clara reconfiguração das fronteiras entre os espaços público e privado e à progressiva emergência de uma nova dimensão regulatória, a ética como instância com efeito legal, situada em normas e comitês, e não apenas como princípios gerais pertinentes ao campo da moral. Propomos, assim, que a mídia não é apenas um meio poderoso de criar e fazer circular conteúdos simbólicos, mas possui um poder transformador (p. 38).

Nesse sentido, pode-se especular e confirmar na contemporaneidade – por meio dos universos on-line da internet e de outros parâmetros que medem as comunicações – que a tecnologia dos *mass media* está a cada dia mais veloz e em constante transformação e evolução. Podemos lembrar, nesse caso, como foi importante a descoberta da prensa por Gutenberg, como bem coloca McLuhan (1972): na época, a invenção revolucionou as comunicações em todo o mundo, contribuindo para difundir e fazer circular os textos impressos, quando antes a informação era transmitida apenas oralmente. Hoje, pode-se dizer que um simples aparelho de telefonia celular contém mais tecnologia do que quando a corrida espacial começou. Sendo assim, pode-se refletir sobre essas questões no que se refere à globalização do planeta.

Desde o *homo sapiens* até o *homo sapiens sapiens* – que é a versão moderna do homem –, o desenvolvimento tecnológico não seria possível se, em décadas passadas, pesquisadores dos diversos campos das Ciências não se debruçassem exaustivamente sobre determinados temas. Considerando esse determinismo cultural (Laraia, 2005), muitas conquistas foram trazidas à tona, à luz das mentes científicas de cada época, e realizadas ao longo dos séculos.

Não se pode negligenciar o campo imagético que tem hoje, no audiovisual, uma dinâmica toda própria e que vem ressignificando a tradição histórica existente com a modernização dos recursos tecnológicos, os quais oferecem, na atualidade, uma variedade de produtos à disposição dos interessados. Abre-se um leque diversificado quanto às formas de expressão, como a fotografia, a televisão, as mídias digitais e o cinema, que interagem com o conjunto das Ciências Humanas e Sociais, tornando o mundo mais próximo e agindo como uma janela global, por meio da qual as ações humanas são transmitidas e se tornam íntimas – como bem expressa McLuhan (1972) quando se refere à aldeia global, em que os meios de comunicação transformaram o planeta. Nesse caso, pode-se ter como fonte de inspiração o referencial teórico de um dos mais expoentes autores da teoria da comunicação, Martín-Barbero (1997), segundo o qual o processo da comunicação a partir de seu outro lado – o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos – está se transformando, justamente para que aquele deslocamento não fique em mera reação ou passageira mudança teórica, em reconhecimento da história. O autor reconhece que o popular não fala unicamente a partir das culturas indígenas ou camponesas, mas também a partir do urbano, do massivo.

A questão da luta pela terra e os movimentos sociais do campo

O estado de Rondônia tem passado por diversos ciclos de ações e de embates por melhores condições de vida no campo. A força das mulheres vem surgindo à medida que suas incursões na luta ganham visibilidade, a exemplo de muitas que se sacrificaram pela garantia de seus direitos, como Nicinha⁴ (Nilce de Souza Magalhães), camponesa, ribeirinha, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), assassinada em Porto Velho em 2016. Pescadora e ativista contra os desmandos impostos e exercidos por meio de uma hegemonia dominante, que destruiu parte da cultura ribeirinha no estado, morreu por suas denúncias de violações aos direitos humanos e mostrou seu poder de enfrentar o inimigo, mesmo com a própria vida. Como ela, há tantas outras

4 Recuperado de <http://www.casa.org.br/pt/2016/07/06/relatos-de-uma-guerra-amazonica-quem-matou-nicinha/>

que sofrem humilhação e preconceito, mas, apesar do medo, encaram essas forças contrárias e se esforçam para atingir a meta, resistindo com valentia por esse território continental que é o Brasil. Essa é, portanto, a maneira de se conhecer a historicidade local: por meio do resgate da memória histórica, datada e localizada (Haraway, 1995).

Pode-se dizer que o início da luta contra o latifúndio no Brasil surgiu quando os primeiros indígenas viram o lugar sagrado em que viviam ser invadido pelo colonizador português. Fernandes (2000) lembra que

a história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso país, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo (p. 25).

Logo, pode-se conferir toda uma realidade a partir da nossa historiografia, desde a chegada dos portugueses ao território brasileiro, voltando o olhar para os caminhos dos guaranis em busca da “terra sem males” que o antropólogo espanhol Ochoa Abaurre (2002) estudou em profundidade na América do Sul, onde conviveu com os povos tupis-cocamas, da Amazônia peruana, voltando seus interesses ao mito *Yvy-Mara ey* (Terra sem Mal) – possivelmente levado àquela região pelos tupis-guaranis, nação indígena brasileira. Chama atenção o capítulo dedicado à mitologia guarani, em que o autor se refere às manifestações que recolheu sobre o discurso *La Tierra Buena* e de como responde aos paradigmas míticos tupis de perfeição – riqueza da terra e atitude do homem – e plenitude – de alma e conhecimento. Define-se como um lugar rico em recursos naturais, no qual o homem vive em harmonia com a natureza e com os demais seres, e como um espaço onde não se sente medo da morte, onde não haveria fome, guerras ou doenças.

Nessa direção, encontra-se, também, a resistência coletiva dos quilombos. Antônio Conselheiro, rebelado contra a república, resistiu até às últimas consequências em Canudos, além dos sertanejos do Paraíso Terreal na Pedra do Rodeador, em Bonito, Pernambuco, à espera do Rei D. Sebastião que ressurgiria da rocha sagrada, onde falava com o falso profeta Silvestre, e ofertaria terras para a subsistência daquele contingente de homens, mulheres e crianças, em referência a um messianismo no qual os valores se inverteriam e os pobres lavradores teriam, enfim, poder e terra para cultivar (não podemos esquecer as Ligas Camponesas, também em Pernambuco). Toda essa digressão serve para enfatizar que a luta pela terra no Brasil sempre teve no movimento camponês a sua bandeira. Como explica Leite (2015),

Outro aspecto importante que marcou esse conjunto de lutas sociais no Brasil é sua natureza histórica, ou seja, desde as lutas iniciais que tinham a ver com os movimentos messiânicos, religiosos, no final do século XIX e começo do século XX, posteriormente com outro movimento muito forte que tinha a ver também com a questão da terra que foi o cangaço. E nos anos 40 e 50 a luta por terra vai se convertendo em reforma agrária porque entra na agenda do Estado, torna-se uma questão política pela ação de alguns atores como, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro que deu, portanto, uma nova configuração e inseriu na agenda política do Estado o tema da reforma agrária (p. 98).

Ao longo do tempo, no Brasil, as lutas camponesas – em suas diversas manifestações – foram sendo recriadas em novas organizações sociais. Refletindo sobre a importância da luta das mulheres em Rondônia – que ainda tem muito que avançar –, para a execução dessa pesquisa foram eleitos três movimentos sociais emblemáticos no estado.

A terra como lugar de afeto

Considerando o lugar antropológico – e a terra como local de afeto, enraizamento, enfrentamento, vivência e convivência (Augé, 2000) –, ao colocar a sua perspectiva quanto aos lugares, tanto local como global, Massey (2000) desafia a reflexão sobre esses espaços como áreas de fronteiras, onde se imagina que existem redes de relações e entendimentos sociais, mas também onde grande proporção dessas experiências “se constroem numa escala muito maior do que costumamos definir para esse momento, como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente” (p. 184).

Os lugares nos quais a luta pela terra acontece – como acampamentos, assentamentos, reassentamentos, mobilizações, encontros, momentos de lazer, confraternizações e celebrações diversas – e até mesmo o cotidiano dos lares, as escolas do campo e o próprio trabalho camponês em que as mulheres estão envolvidas podem ser entendidos como essas áreas de fronteiras, expansíveis a níveis muito maiores. Podemos remeter, nesse sentido, ao processo de formação territorial que, segundo Souza (2011), acontece em grande proporção devido ao domínio exercido por uma reduzida elite que se mantém no poder. Esse domínio tem suas raízes e sua base no controle latifundiário sobre terras brasileiras, sendo que nesse mesmo contexto se deu a formação do campesinato brasileiro, cuja principal característica é a exclusão da terra. Por isso, o povo camponês, procurando ter acesso a esses territórios que o autor conceitua como terra de trabalho, vive em constantes conflitos com o poder público.

À medida que se transcreviam as entrevistas e se marcavam os trechos gravados para o roteiro do documentário iam surgindo sentimentos como o amor pela terra. Nesse sentido, pode-se observar na fala de uma das entrevistadas uma descrição de puro afeto sobre o seu amor pela terra e de como seu pai lidava e ensinava a lida com a terra aos filhos desde a mais tenra idade:

Sou filha de camponeses. Sou camponesa, filha de camponês sem-terra vindo do nordeste em busca de um pedaço de chão. Eu agradeço muito meus pais por ter feito de nós as pessoas que somos hoje, né. Nós somos em dez irmãos. E nós temos isso com a gente, né. Que é essa grandeza de ter aprendido lidar com a terra, ter amor pela terra, né. Meu pai nunca teve estudo. Foi um homem muito sábio, porque ele fazia isso com uma grandeza tão grande, né, uma grandeza muito linda que era de incentivar nós a cuidar da terra. E ele tinha o costume de falar assim pra nós: “Oh, meus filhos, a Terra, ela é nossa mãe, nós precisamos cuidar da terra, do jeito que nós cuida de nós, porque ela é que nos dá o fruto né, pra gente se alimentar”. Então, assim, desde criancinha que ele ensinou a gente a cuidar bem, né, dessa Mãe Terra. Uma coisa que eu lembro muito que meu pai fazia era assim: ele levantava de manhã cedo, aí ele olhava pra terra e olhava pra cima e fazia o nome do pai, né. E aí falava assim: “Graças a Deus, meu pai, que eu tenho uma terra pra pisar em cima dela” (ZNSF).

Pensando na terra como esse lugar de afeto onde as organizações sociais atuam em benefício do campesinato, a fim de que todas e todos tenham seu pedaço de chão para plantar e construir suas moradias, para a execução desta pesquisa foram convidadas lideranças mulheres representantes de organizações ligadas à Via Campesina⁵, coletivo de articulação internacional que reúne camponeses – pequenos e médios agricultores –, sem-terra, jovens, mulheres rurais, indígenas, migrantes e trabalhadores na agricultura em todo o mundo. A escolha foi aleatória, já que cada movimento tem sua importância dentro da Via, e teve como único critério a indicação das próprias companheiras que se dispuseram a contar suas vidas diante da câmera. Do total das dez mulheres

5 A Via Campesina, enquanto articulação de movimentos sociais, nasceu de um grupo de homens e mulheres representantes camponeses de quatro continentes – África, Ásia, Europa e América – no ano de 1993, em Mons, na Bélgica. Hoje, conta com cerca de 180 organizações e se mantém independente de qualquer vínculo partidário ou de outro tipo. Recuperado de <https://viacampesina.org/es>

entrevistadas, seis são militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), três do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e uma do MAB.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo, segundo o MST⁶. Em nosso território estão os maiores latifúndios. Concentração e improdutividade possuem raízes históricas, que remontam ao início da ocupação portuguesa neste território, no século XVI. Combinada com a monocultura para exportação e a escravidão, a forma de ocupação de nossas terras pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social que atinge o Brasil até os dias de hoje.

Nos países centrais do sistema capitalista, a democratização do acesso à terra, a reforma agrária, foi uma das principais políticas para destravar o desenvolvimento social e econômico, produzindo matéria-prima para a nascente indústria moderna, assim como alimentos para seus operários. Apesar disso, em relação ao contexto brasileiro, nem mesmo as transformações políticas e econômicas para o desenvolvimento do capitalismo foram capazes de afrontar a concentração de terras.

Ao longo desses cinco séculos de latifúndio, também foram travadas revoltas e resistências populares. As lutas contra a exploração e, por conseguinte, o cativo da terra, a expropriação, a expulsão e a exclusão marcam a história dos trabalhadores e das trabalhadoras no campesinato.

A resistência camponesa se manifesta em diversas ações e, nessa marcha, participa do processo de transformação da sociedade. No século passado, novas formas de organização foram surgindo em direção à reforma agrária. Ademais, muitos conflitos afloraram nas diversas regiões do país, o que foi dando forma ao campesinato na segunda metade do referido século, e com isso o MST foi se firmando nas mentes dos seus organizadores.

Considerando toda essa movimentação histórica referente à luta por uma melhor divisão territorial agrária no país, em 1984 os trabalhadores rurais que protagonizavam lutas pela democracia da terra e da sociedade se reuniram no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidiram fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país.

No estado de Rondônia, o movimento começou a atuar também na década de 1980. Historicamente, a luta pela terra no estado se constituía e contava com o apoio de setores progressistas de algumas congregações religiosas, como a católica e a luterana, e também de sindicatos de trabalhadores rurais.

Movimento dos Pequenos Agricultores

Organização popular e social formada por famílias camponesas, o MPA tem como objetivo resgatar a identidade e a cultura da classe do campesinato, respeitando as diversidades locais, o modo de vida e os seus valores, nas diversas regiões brasileiras. Atua em 17 estados: Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Rondônia, Pará, Piauí, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Fundado em 1990, o MPA surgiu em meio à reivindicação junto ao poder público de um grupo de agricultores que reclamava medidas relativas à estiagem, situação difícil de resolver e que não estava sendo conduzida de maneira satisfatória pelos sindicatos da categoria.

6 Recuperado de <https://www.mst.org.br/nossa-historia>

O movimento também está vinculado a organizações de outros países, por meio da Via Campesina, buscando resgatar a cultura camponesa. Uma das prerrogativas é a autonomia que tem no que se refere aos modos de produção em família, ou seja, o que plantar, de que forma e com quais ferramentas.

Movimento dos Atingidos por Barragens

O MAB⁷ é uma organização popular, autônoma, de luta, que visa a dar estrutura à população ameaçada ou atingida por barragens, em sua maioria, de hidrelétricas. É um movimento que luta para garantir direitos, principalmente a terra, forçando e corroborando a construção de um novo modelo energético, alternativo e popular para o Brasil. Há cerca de 20 anos, a história do MAB vem sendo construída com a participação das populações atingidas – camponeses, pequenos agricultores, sem-terra, índios, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, mineradores e até mesmo populações urbanas. No Brasil, mais de um milhão de pessoas são expulsas da terra, de suas casas e comunidades devido à forma ditatorial por meio da qual as barragens são construídas. A cada 100 famílias atingidas, 70 têm seus direitos negados pelas empresas construtoras.

Para aumentar e melhorar a participação da população atingida, definiu-se que a forma de organização da base é por meio de pequenos grupos, de cinco a dez famílias. Cada grupo tem seus coordenadores, integrado com as coordenações local, regional e nacional. O Movimento dos Atingidos, como é chamado pela sua militância, é uma organização nacional, atualmente presente em 15 estados brasileiros.

O trabalho de base, segundo a coordenação nacional do MAB, é um desafio constante, no sentido de aumentar a consciência e resistência dos atingidos. Ainda no que se refere a essas questões, a luta organizada e o protagonismo das massas é o motor da transformação da realidade brasileira. Para isso, a formação e a informação das populações atingidas ou ameaçadas por barragens é a principal ferramenta para a construção de um projeto popular para o Brasil.

Articular alianças e apoios com movimentos, entidades sociais, sindicais e ambientais, universidades e organizações que se identificam com a luta faz parte da estratégia do MAB – que celebra a data de 14 de março como o Dia Internacional de Luta dos Atingidos por Barragens.

A construção de um novo modelo energético alternativo e popular é uma das bandeiras de luta do movimento, que tem em seus pilares prioridades como o controle popular da água e da energia, a economia de energia, o fim da mercantilização, preço justo, energia para o desenvolvimento interno, fim dos subsídios às grandes empresas, matriz com base nas alternativas como biomassa, eólica, solar e repotenciação, além do enfrentamento pelo fim das construções de barragens. A batalha é também pela garantia dos direitos das populações atingidas e pela preservação do meio ambiente.

Via Campesina como articuladora de movimentos sociais

Segundo dados consultados no site da Via Campesina, atualmente mais de 200 milhões de agricultores atuam em diversas frentes de luta pela terra em todos os continentes. Como consequência desses trabalhos, foi-se construindo um sentimento forte de unidade que se mantém, além de um parâmetro como a solidariedade, e contribui para que as ações do grupo sejam pautadas na ajuda mútua, seja defendendo a agricultura no campo em oposição ao agronegócio, como vem acontecendo, ou lutando por uma soberania alimentar como forma de promoção da justiça social

⁷ Recuperado de https://www.mabnacional.org.br/publicacoes/folder_mab_port.pdf

e da dignidade humana no trabalho. Dentro desses pressupostos, busca-se ter como base princípios de uma melhor relação com a natureza e a cultura nos territórios e lugares onde vive o contingente de trabalhadores(as) rurais.

O papel da mulher na Via Campesina tem grande destaque e faz com que seja único, tanto na história do campesinato como entre outras organizações internacionais de luta. O trabalho, a defesa por igualdade de gêneros, as perspectivas e lideranças têm transformado e reforçado esse coletivo, considerado autônomo, plural e multicultural, em direção a uma justiça social que valorize tanto o trabalhador camponês como a trabalhadora camponesa e suas necessidades.

Como explicam duas das entrevistadas sobre a questão de gênero, no que diz respeito à confiança e à credibilidade no que fazem e assumem como lideranças e militantes, uma delas diz:

na nossa condição de mulher na militância você tem que fazer muito, pra provar que você é capaz de fazer. Eu tenho que fazer com muito mais intencionalidade. Isso exige muito mais sacrifício da minha parte, né, porque eu vou ter que me preparar de forma dobrada triplicada, né. Mas, ainda em alguns casos, às vezes as mulheres precisam até meio que se masculinizar pra ser reconhecida, enquanto um quadro dirigente, enquanto militante, né. (AIMR)

Corroborando a opinião da IAIMR, a outra entrevistada explica:

o depoimento das que vieram antes de nós era muito forte . . . inclusive da postura física . . . ter que, pra serem aceitas, tomar uma postura com características masculinas . . . do vestir, do se impor, inclusive muitas são taxadas de mulheres muito sérias, muito carrancudas, né. (LDM)

Em Rondônia, a luta tem sido árdua e contínua. As lideranças da Via aproveitam datas comemorativas, como o Oito de Março, consagrado às mulheres, para levantar suas bandeiras de reivindicações. Em julho de 2019, a Via realizou a VI Festa Camponesa com o objetivo de resgatar a importância do campesinato na produção de alimentos saudáveis e promover uma integração maior entre campo e cidade.

Considerações finais

Para finalizar as reflexões contidas neste artigo, pode-se dizer que a luta das mulheres, mais especificamente das mulheres camponesas, é atual e – como se pode notar nas vozes das narradoras – que o patriarcado se mantém presente também no meio rural. O documentário cumpriu sua tarefa de dar visibilidade ao cotidiano da mulher militante e camponesa, aos seus medos, seus questionamentos e aos avanços já conquistados na luta pela terra em Rondônia.

Do ponto de vista da memória cultural e social da luta pela terra, a realização desse documentário etnográfico poderá fomentar a produção do conhecimento, facilitando o debate atual sobre as desigualdades de gênero e outras categorias retratadas no audiovisual. O fato de que pode ser exibido em qualquer local possibilita que os movimentos sociais ou grupos de mulheres tenham acesso ao seu conteúdo e possam pensar criticamente também, a partir de suas realidades específicas. O documentário pode e deve ser utilizado como forma de promover debates e reflexões, tanto no âmbito da educação não formal como nas escolas.

As mulheres que lutam por suas existências e a conquista de territórios, a fim de permanecerem num pedaço de chão e produzirem em prol de suas famílias e comunidades, ainda sofrem com preconceitos em diversas esferas da sociedade; porém, com seus movimentos têm conseguido, mesmo que minimamente, transformar essas relações.

Quando se inicia um projeto de investigação de cunho científico, as perguntas iniciais guiam os rumos da pesquisa. Neste caso, as gravações das entrevistas com as mulheres foram momentos importantes de compartilhamento de ideias e sentimentos, quando se pôde tomar conhecimento dos detalhes do seu dia a dia.

No entanto, por mais que avancemos na busca de respostas às perguntas como observadores e pesquisadores, na sociedade de consumo em que vivemos ainda existem muitas injustiças a serem levantadas como bandeiras e frentes de luta, que fazem parte da rotina das mulheres camponesas, muitas vezes de forma invisível. Ainda impera um colonialismo brutal, machista, que faz com que a força feminina, mesmo unida, encontre certa fragilidade na esfera da militância.

Na verdade, o passado de luta mostra que a mulher, em certos espaços, vive à sombra do homem. No que se refere à liderança feminina no campo, ainda é visível que, após a morte ou a separação do companheiro, a mulher se revele com toda força para atuar como ativista, seguindo os passos do parceiro⁸. Nesse caso, essas camponesas contam com menos segurança, são mais vulneráveis à violência e à exploração no âmbito das suas realidades.

A crescente concentração de terras e recursos nas mãos de empresas privadas faz com que as questões relativas ao acesso à terra sejam ainda mais difíceis. Muitas famílias são forçadas a migrar, como é o caso recorrente nos reassentamentos de comunidades ribeirinhas que vivem sob o trauma da construção de hidrelétricas no estado de Rondônia⁹. Os movimentos sociais no território brasileiro, de certa forma, atuam fazendo pressão para transformar essas realidades. Nesse sentido, Leite (2015) afirma que “esses movimentos sociais trazem consigo vários atores em cena, os trabalhadores atingidos por barragens, seringueiros, indígenas e quilombolas” (p. 98).

Os aspectos da pesquisa apresentados neste artigo fazem parte de um debate amplo e permanente em todos os âmbitos da sociedade. A compreensão desses processos é importante para o momento atual em que se vive no país e no mundo – no caso do Brasil, os enfrentamentos levam a população a se manifestar nas ruas, em protestos, diante de conflitos políticos e estratégias governistas arbitrárias. No bojo de tudo isso, existem calamidades e os prejuízos causados pelas catástrofes ocasionadas por empreendimentos irresponsáveis, desenvolvidos por grandes conglomerados empresariais, que nos remetem ao mar de lama ocorrido em Brumadinho, Minas Gerais.

A luta dessas mulheres é, prioritariamente, pela construção de um projeto de desenvolvimento para o país, ancorado na ética do cuidado e da não exploração das pessoas ou dos recursos naturais.

Referências

- Augé, M. (2000). *Los no lugares: Espacios de la modernidade, una antropología de la sobremodernidade*. Gedisa.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. Companhia das Letras.
- Caldart, R. (2004). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Expressão Popular.
- Charmaz, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada: Guia prático para análise qualitativa*. Artmed.
- Coelho, R. F. (2012). Algumas notas sobre a história do cinema documentário etnográfico. *Revista Comunicación*, 10(1), 755-766.
- Fernandes, B. M. (2000). *A formação do MST no Brasil*. Vozes.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade* (12a ed.). Paz e Terra.
- Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas*. LTC.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5(5), 7-41.

8 Anotações de campo de trechos da entrevista de Z.

9 Anotações de campo. Reunião no assentamento Joana Darc.

- Laraia, R. B. (2005). *Cultura: um conceito antropológico*. Zahar.
- Leite, J. F. (2015). Movimentos sociais e ruralidades no Brasil. In F. Landini (Coord.), *Hacia una psicología rural latino-americana* (pp. 97-102). CLACSO.
- Lima, R., & Rodrigues, C. M. C. (2007). Uma antropologia militante (entrevista com Carlos Rodrigues Brandão). *Sociedade e Cultura*, 10(1), 145-149.
- McLuhan, M. (1972). *A galáxia de Gutenberg: A formação do homem tipográfico* (L. G. Carvalho & A. Teixeira, Trans.). Edusp.
- McLuhan, C., & Powers, B. R. (1989). *La aldea global*. Gedisa.
- Martín-Barbero, J. (1997). *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia* (R. Polito & S. Alcides, Trans.). UFRJ.
- Massey, D. (2000). O sentido global do lugar. In A. Arantes (Org.), *O espaço da diferença* (pp. 176-185). Papirus.
- Ochoa Abaurre, J. C. (2002). *Mito y chamanismo: El mito de la Tierra sin Mal en los Tupí-Cocamas de la Amazonia Peruana* [Tese de doutorado, Universidade de Barcelona]. TDX.
- Rockwell, E. (2009). *La experiencia etnográfica: historia y cultura en los procesos educativos*. Paidós.
- Santos, M. (2010). O lugar e o cotidiano. In B. S. Santos, M. P. Meneses (Orgs.), *Epistemologia do Sul* (pp. 584-602). Cortez.
- Sato, L., & Souza, M. P. R. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Revista Psicologia USP*, 12(2), 29-47.
- Sato, L. (2009). Olhar, ser olhado e olhar-se: Notas sobre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho. *Cadernos de Pesquisa Social do Trabalho*, 12(2), 217-225. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v12n2/a07v12n2.pdf>
- Silva, D. C. (2016). *Psicologia comunitária e movimentos sociais: Juventude, participação política e de formas de desenraizamento em comunas do MST* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. Repositório institucional da USP. <https://doi.org/10.11606/D.47.2016.tde-07102016-172321>
- Souza, M. M. O. (2011). *Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010)* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório institucional da UFU. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15943>
- Spink, M. J., & Medrado, B. (2013). *Produção de sentido no cotidiano*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Endereço para correspondência
clarinhadesol@hotmail.com

Recebido em: 18/10/2019
Revisado em: 04/08/2022
Aprovado em: 04/08/2022

